

CONGELAMENTO ABERTO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S.Paulo, 03.01.91

Toda a experiência disponível demonstra que só é possível paralisar inflações elevadas, de dois dígitos mensais, caracterizadas por alto componente inercial, ou (1) deixando que o processo hiperinflacionário se complete, através da destruição da dívida pública interna, do perdão ou cancelamento da dívida pública externa, e da legitimação de uma política fiscal extremamente dura (foi o caso das hiperinflações européias após a Primeira Guerra Mundial e da Bolívia em 1985); ou (2) alternativamente, combinando uma política fiscal rígida com um congelamento temporário de preços (foi o caso de Israel, 1985; México, 1987). A terceira alternativa de suspender e reverter a espiral inflacionária através de medidas fiscais e monetárias convencionais não é realista quando a inflação está nesse nível. Em tempos recentes teve êxito apenas no Chile, depois de um processo de ajuste que durou anos e implicou em enormes sacrifícios. E no Chile a inflação jamais teve um componente inercial tão arraigado.

Hoje, com a inflação aproximando-se dos 20 por cento (IPC de 19,3 por cento em dezembro), a solução mais adequada, embora sem dúvida controversa, será a de um novo congelamento, que seja, ao mesmo tempo, estritamente temporário quanto à sua duração, e definitivo quanto a seus efeitos. Um novo congelamento cuidadosamente preparado e realizado às claras, aberta e democraticamente, sem segredos, dentro de alguns meses. Um congelamento fruto de um pacto social.

É certo que no Brasil já tivemos quatro congelamentos de preços e nenhum deles logrou controlar a inflação. Devemos, entretanto, distinguir com clareza os quatro casos. Dois congelamentos foram de emergência (os planos Bresser e Collor). Não houve tempo para prepará-los, foram realizados com um déficit público alto, preços relativos muito desequilibrados, e sem um acordo social. Só poderiam interromper temporariamente a inflação. O Plano Cruzado falhou porque acabou sendo vítima do populismo, e o Plano Verão, porque o governo já não tinha mais condições de governabilidade.

Sei muito bem que depois de cada congelamento essa palavra torna-se maldita. Acusa-se o congelamento de violentar o mercado, de ser um tipo de intervenção autoritária. Por outro lado se afirma que perdeu-se o elemento surpresa, que seria essencial a um plano desse tipo. Finalmente declara-se que é fácil congelar, difícil é sair do congelamento.

É verdade que o congelamento violenta o mercado, mas a inércia inflacionária é outra violência ainda maior ao próprio mercado. É verdade que há um elemento autoritário no congelamento, mas é perfeitamente possível haver um congelamento razoavelmente democrático. É verdade que não se pode mais contar com o elemento surpresa, mas será o elemento surpresa tão essencial? Hoje, com a inflação no nível em que se encontra, é crescente o número de empresas que já está se preparando para um novo congelamento. A Folha de S. Paulo informou na primeira página de sua edição de 31 de dezembro que ao nível da equipe econômica a possibilidade de um congelamento passou a ser considerada. O governo certamente desmentir. Pouco adiantarão os desmentidos. Se o governo, ao invés de desmentir, tomar a decisão de congelar e, em seguida, informar sua intenção de, dentro de alguns meses, adotar novo congelamento, estará adotando uma posição firme e coerente. Que nada tem de "desespero", como pretendia o articulista da Folha. Será que diante de uma atitude firme desse tipo os agentes econômicos se lançarão em uma louca corrida de preços, para se prepararem para o futuro e possível congelamento agora anunciado? É pouco provável, porque hoje já sabem que mais cedo ou mais tarde um novo congelamento ocorrer, e porque sabem também que sua ação será anulada pelos demais.

É verdade que o grande problema do congelamento é sair dele. Mas se um congelamento for bem preparado, o descongelamento torna-se relativamente mais tranqüilo.

Em que consiste a preparação de um congelamento? Em primeiro lugar, consiste em completar o ajuste fiscal, garantindo-se um superávit público operacional em 1991. Em segundo lugar, implica em corrigir os preços relativos que estão atrasados. Os preços públicos, os salários dos setores menos organizados sindicalmente, que não foram capazes de indexar informalmente seus salários, e a taxa de câmbio, que deve voltar para o regime de minidesvalorizações, depois de uma desvalorização real adicional (nos últimos dois meses já houve uma parte da desvalorização necessária). Em terceiro lugar, implica em um acordo político-social a respeito de preços e salários.

Esta última condição é essencial. E exige que o congelamento seja aberto. O governo anuncia que sua prioridade continua sendo eliminar a inflação. Que, com esse objetivo, manterá inalteradas suas rígidas políticas fiscais e monetárias. Entretanto, o governo admite que esta estratégia apresenta custos econômicos e sociais muito elevados. Que seus efeitos são muito demorados. Por isso oferece uma alternativa complementar: um novo e definitivo (embora de curta duração) congelamento de

preços. Esta medida, porém, só será tomada se antes a sociedade - os empresários, os líderes sindicais, o Congresso, a imprensa, a Justiça do Trabalho - participarem de uma grande negociação nacional coordenada diretamente pelo Presidente da República.

Para preparar o acordo social e o congelamento seria conveniente indexar provisoriamente os salários. Para evitar o problema do "roubo" de um mês de inflação (os 84 por cento de inflação de março de 1990, por exemplo) será necessário indexar os salários de acordo com a inflação do próprio mês. Para evitar o resíduo inflacionário inerente aos índices de média contra média (os 44 por cento de abril) será conveniente usar um índice de ponta a ponta. Em seguida ao congelamento toda indexação de salários será formalmente proibida. Haverá apenas regras básicas sobre a livre negociação dos salários.

Haverá também o problema das perdas anteriores ao congelamento. Neste assunto o governo deverá ser inflexível. Não discutirá perdas por duas razões. Primeiro porque é muito difícil senão impossível chegar-se a uma fórmula geral para seu cálculo que seja aceitável por todas as partes. Segundo, porque algumas perdas salariais serão inevitáveis. É impossível estabilizar os preços no Brasil sem que haja alguma redução - temporária mas real - de salários. Argumentar-se- que os salários são muito baixos no Brasil. Mas não é no momento de estabilizar que se distribuirá renda. O máximo que se pode esperar neste momento é suspender o processo de concentração causado pelas altas taxas de inflação. Por outro lado, o essencial é reduzir o desemprego, que será altíssimo na ausência de um congelamento bem sucedido.

É fundamental, entretanto, que antes do congelamento haja um acordo. Caso contrário a saída do congelamento será muito difícil. E o governo, a quem cabe propor os termos básicos do acordo, deverá deixar muito claro para a sociedade que só fará o congelamento se antes houver o acordo social. Em qualquer hipótese a política monetária e principalmente a política fiscal será mantida. Mas seus efeitos recessivos serão muito menores se essas políticas forem combinadas com o congelamento.

Precisa ficar bem claro, portanto, que o congelamento não é nenhuma panacéia. É apenas uma política de rendas que aplica um choque na economia. Que suspende o processo inflacionário inercial e o próprio funcionamento perverso do mercado. Que permite que o mercado encontre um novo equilíbrio em um nível muito mais baixo de preços. Mas esses resultados só serão alcançados se os preços relativos estiverem razoavelmente balanceados no momento do congelamento, se o déficit público estiver sob controle, se as reservas cambiais e o equilíbrio em conta corrente permitirem manter estável a taxa de câmbio, se um acordo social mínimo for estabelecido.